

O GÊNERO REDAÇÃO DE VESTIBULAR EM FOCO

Luiz André Neves de Brito¹

RESUMO: Este artigo traz resultados de uma pesquisa que teve como objetivo central analisar textos produzidos por escreventes no Concurso Vestibular FUVEST/2007. Contamos com a noção de gênero de discurso desenvolvida por Maingueneau para mostrar como podemos conceber a redação de vestibular como um gênero discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita; Gênero do Discurso; Concurso Vestibular FUVEST/2007.

ABSTRACT: This article highlights our findings of research with writing in Fuvest/2007 entrance examination. We draw on Maingueneau's notion of speech genre to show in which the essay "redação de vestibular" can be considered a genre.

KEYWORDS: Writing; Genre; Fuvest/2007 entrance examination.

INTRODUÇÃO

Para este trabalho, apresentamos alguns resultados da minha pesquisa de doutorado (BRITO, 2011) que teve como objetivo central analisar textos produzidos por escreventes no Concurso Vestibular FUVEST/2007 para ingresso na Universidade de São Paulo (USP). Mais precisamente, ao longo deste artigo, pretendemos mostrar como concebi a redação de vestibular como um gênero discursivo. Para tal, mobilizamos o campo teórico da Análise de Discurso de Linha Francesa (doravante AD) e adotamos como referencial metodológico as categorias propostas por Dominique Maingueneau (2001; 2004; 2006) para a análise de gêneros do discurso.

Com relação ao corpus, foram analisadas 346 redações. Esse número corresponde a cerca de 1% das redações produzidas no ano de 2007. Esse conjunto, por sua vez, é constituído por 296 redações cedidas (selecionadas aleatoriamente) pela própria instituição e por redações publicadas no site da FUVEST (que circulam sob o título de "algumas das melhores redações de 2007"). Vale salientar que esse corpus compreende apenas as redações de candidatos aprovados em primeira chamada.

A Análise do Discurso e a problemática dos gêneros

Visto que os gêneros, em sua multiplicidade, são apreendidos por meio da atividade social que os sustenta, um analista do discurso não pode deixar de analisar as condições de existência dos gêneros e, sobretudo, o conjunto de atos realizados por um sujeito em vias de produzir um enunciado (MAINGUENEAU, 2005). Em suma, um analista do discurso precisa apreender a atividade discursiva do gênero em sua dupla dimensão: social e textual. Portanto, passa-se a admitir que os enunciados se apresentem não como simples fragmentos de língua desta ou daquela formação discursiva, mas também como amostras de um certo gênero do discurso.

No curso dessas reflexões, os gêneros do discurso são considerados dispositivos sócio-históricos de comunicação a que a análise do discurso, por relacionar falas a lugares, atribui um papel importante sobre a interpretação dos enunciados. Nesse sentido, um analista do discurso

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras. CECH/UFSCar. luizandre@ufscar.br

não pode interpretar um enunciado se não souber a qual gênero relacioná-lo, pois o discurso sempre se apresenta na forma de um gênero particular. Conforme Maingueneau (2001), a competência comunicativa é antes de tudo uma **competência genérica**, pois,

mesmo não dominando certos gêneros, somos geralmente capazes de identificá-los e de ter um comportamento adequado em relação a eles. Cada enunciado possui um certo estatuto genérico, e é baseando-nos nesse estatuto que com ele lidamos: é a partir do momento em que identificamos um enunciado como um cartaz publicitário, um sermão, um curso de língua etc., que podemos adotar a ele a atitude que convém (MAINGUENEAU, 2001, p. 44).

Como se vê, a competência genérica não só desempenha um papel essencial na interpretação de um enunciado, como também permite assegurar a comunicação verbal. Ademais, segundo Maingueneau (2001), o domínio dessa competência é um fator de considerável “economia” cognitiva para o locutor. Sobre esse ponto, o autor reforça seu posicionamento com a seguinte passagem do manifesto² *Os gêneros do discurso*:

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Nesse sentido, o que é, de fato, ser enunciador de um gênero? Para Maingueneau, é preciso que o enunciador seja capaz não apenas de reconhecer a forma relativamente estável que um enunciado possui, mas que também seja capaz de moldar o seu discurso em formas de gêneros. Para compreendermos melhor essa questão na obra de Maingueneau, valemo-nos da breve reflexão que o autor faz da prática do pastiche no segundo capítulo de *Gênese dos discursos* (a competência discursiva). Diz o autor:

para explicar a possibilidade de um pastiche, é-se naturalmente levado a supor uma certa “competência” naquele que o produz. Ele não pode, com efeito, produzir textos a não ser que, pela familiaridade com um conjunto final de enunciados que decorrem de um discurso fortemente individuado, tenha interiorizado suficientemente bem as regras que lhe subjazem para poder produzir um número infinito de novos enunciados a partir delas. Dada a complexidade da estruturação textual, o produtor do pastiche seria completamente incapaz de explicitar o sistema que ele conseguiu dominar a partir de um número limitado de performances efetivas. Nisso sua situação é, *mutatis mutantis*, comparável à do falante de uma língua, com a diferença de que a prática do pastiche supõe dos miméticos particulares (MAINGUENEAU, 2005, p. 55-6).

Além de ressaltar a importância da competência genérica para os estudos discursivos, essa passagem faz ecoar o posicionamento bakhtiniano de que é preciso dominar bem os gêneros

² A recepção do texto *os gêneros do discurso* de Mikhail Bakhtin é visto como um verdadeiro manifesto teórico em favor de uma lingüística dos gêneros (Bouquet, 2004).

para empregá-los livremente, portanto, “quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade” (BAKHTIN, 2003, p. 285).

Como se vê, para a análise do discurso, a noção de “competência” exerce um papel importante na reflexão sobre os gêneros do discurso. Ela leva um analista do discurso a tratar o processo de comunicação dos gêneros como um ato de enunciação associado a normas da interação verbal. Ademais, a noção de competência genérica engloba tanto a metáfora do *contrato* (MAINGUENEAU, 1996) quanto os conceitos de *rito genético* e de *vocação enunciativa* (MAINGUENEAU, 2005).

A metáfora de *contrato* corresponde a uma tradução imediata do princípio de cooperação. Nesse princípio, os sujeitos envolvidos no ato de comunicação se esforçam por fazer a atividade discursiva ter êxito, reconhecendo a si e a seu co-enunciador os direitos e deveres vinculados à atividade comunicativa. Portanto, diante de um determinado gênero, tanto o locutor quanto o seu alocutário estruturam suas expectativas que derivam de um acordo tácito. No caso da redação no vestibular, o corretor, por exemplo, estrutura suas expectativas que derivam de um acordo tácito a que o escrevente deve se agarrar para dar conclusibilidade ao seu projeto de dizer.

Porém, na trilha das reflexões de Maingueneau (1996, p. 141), “mais do que a pertinência a um gênero, o que importa é a maneira como a escrevente gere suas relações com o gênero”. O que está em jogo não é a simples inclusão num molde preestabelecido. Respeitar esse acordo é apenas uma dimensão constitutiva do gênero.

Essa metáfora do *contrato* anda lado a lado com a noção de ritos genéticos, isto é, com o “conjunto de atos realizados por um sujeito em vias de produzir um enunciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 139). No caso das redações de vestibular, os atos realizados pelo escrevente visam um acordo tácito “mínimo”: a elaboração de um texto que seja dissertativo e que não fuja do tema. O não cumprimento desse acordo tácito mínimo é tomado como pressuposto inquestionável para que a prova não seja objeto de correção em qualquer outro de seus aspectos (estrutura e expressão).

A noção de ritos genéticos, segundo Maingueneau (2005), valida o posicionamento de que a escrita não é “pura inspiração”, pois mesmo em casos limites, como o da literatura, a escrita não pode ser reduzida a uma relação pessoal e inefável entre um autor e a sua escritura: mesmo neste caso o discurso define restrições, isto é,

mesmo que cada escritor tenha uma maneira única de fabricar seus textos, isso não impede que, em suas grandes linhas, ela seja implicitamente condicionada pelo estatuto do discurso literário de um momento e para uma sociedade dados, assim como pela “escola” à qual ele se liga, querendo ou não (MAINGUENEAU, 2005, p. 139).

Como bem alerta o autor (1996), muitas vezes pode-se pensar que uma grande obra deve se colocar fora de qualquer imposição genérica; “ser por si mesma seu próprio gênero”. Porém, não é nada disso que acontece, pois existem obras consagradas que respeitam o contrato genérico: por exemplo, as tragédias de Racine que respeitam com “escrúpulos” as normas da tragédia francesa e isso não significa que ela não apresenta originalidade, pois, “a submissão às

regras lhe permite ao mesmo tempo definir espaços fechados e assumir uma liberdade impossível” (MAINGUENEAU, 1996, p. 141).

O mesmo pode ser dito das redações de vestibular, pois não é o fato do escrevente respeitar com “escrúpulos” as normas do gênero que não há “espaço” para o escrevente mostrar a sua individualidade. Arriscamos dizer que a individualidade do escrevente é mostrada no modo como ele gere suas relações com o gênero. Nos exemplos abaixo, as mesclas de “estilos textuais” pode ser tomada como um indício desse “gerenciamento”:

(1)

O maravilhoso filme O Náufrago, estrelado por Tom Hanks, evidencia o quanto a solidão pode ser dolorosa. O protagonista ao ver-se sozinho em uma ilha, em função da queda do avião que o transportava, encontra, em uma bola, seu melhor amigo. Wilson, nome dado à bola pelo personagem principal, mostra aos espectadores do filme **o valor de uma amizade plena, a qual é tão importante e tão antiga na história** (Texto 41; §1);

(2)

Toma-se o coração como um vagão de um trem. O trajeto é longo, por vezes difícil, pessoas entram e saem, algumas ficam por bastante tempo, outras não, mas deixam sempre sua marca, sua importância para a integridade do trem. Assim são os amigos: *independentes* de quem, quando e onde – imprevisíveis. “Amizade verdadeira”? Eis aí uma ilusão. A verdade está mesmo em desfrutar o que é real, nessa relação, nesse sentimento, sem deixar que o conceito utópico atrapalhe o embarque dos passageiros (Texto 17; §1).

Tanto em (1) quanto em (2), podemos observar como o escrevente “brinca” com o contrato genérico, porém não o transgride: é isso que o corretor espera da sua inscrição enunciativa, a não transgressão do contrato genérico e, conseqüentemente, o cumprimento do princípio de cooperação.

Em (1), conforme podemos observar, o escrevente se valida da narração para expor seu ponto de vista sobre a amizade (**tão importante e tão antiga**), ou seja, ele rompe com uma “cláusula” do contrato (o tipo textual), mas não com a outra (o tema). Além disso, a formulação final (em negrito) desse parágrafo introdutório valida a cena narrativa inicial, pois “resgata” o tom dissertativo “esperado”. Por meio da asserção final (**a amizade é tão importante e tão antiga**), o escrevente inscreve seu texto na cena enunciativa que se espera dele; a asserção final (mais dissertativa) legitima toda a cena narrativa que a antecede. Além disso, a asserção final mostrar como o escrevente é detentor de um certo saber “dissertativo”.

Portanto, seja o indivíduo um escritor “genial” ou um escrevente pré-universitário, ele jamais será um sujeito livre, tão pouco um sujeito assujeitado. Porém, a competência genérica delimita o que é necessário possuir para enunciar legitimamente, isto é, o gênero do discurso, a seu modo, “filtra” a aparição de uma comunidade discursiva. O sujeito, então, deve sentir-se chamado a inscrever-se nessa comunidade. Maingueneau denomina esse chamado como vocação enunciativa, isto é, “condições postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se inscreva, ou, melhor, se sinta 'chamado' a inscrever-se nela” (2005, p. 137).

Seguindo essas considerações postas por Maingueneau, pretendemos mostrar como cada escrevente a seu modo é um sujeito ao mesmo tempo singular e coletivo, ou seja, a escrita é uma atividade enunciativa que o sujeito é chamado a se inscrever entre atos de singularidade e de

coletividade. Dito isso, admitimos que os ritos e os contratos genéticos andam de mãos dadas com certas vocações enunciativas que supõem “uma harmonização mais ou menos estrita entre as práticas individuais do autor e as representações coletivas nas quais ele se reconhece e que comunidades mais ou menos verão encarnadas nele” (MAINGUENEAU, 2005, p.139).

Na trilha das reflexões de Maingueneau, pudemos observar como a noção do gênero tem um papel importante na disciplina da análise do discurso. Se a noção de gênero tem um papel importante na disciplina da análise do discurso, é porque esta não apreende lugares sociais independentemente dos enunciados que eles autorizam e dos textos que tais lugares tornam possível, nem apreende os textos sem levar em conta os lugares sociais aos quais pertencem (lugares sociais que são partes integrantes dos textos). Nesse sentido, para que se possa refletir sobre os dispositivos comunicacionais que os textos implicam, é preciso fugir de perspectivas redutoras linguísticas que reflitam sobre a materialidade textual em si sem levar em conta sua natureza sociointeracional, ou de perspectivas redutoras sociológicas que reflitam sobre a ancoragem social do discurso sem levar em conta sua materialidade textual. Para a análise do discurso, a questão, porém, não é nem a organização textual considerada em si mesma nem a situação comunicacional, mas a imbricação entre o modo de enunciação e o lugar social em que os gêneros emergem.

O gênero redação de vestibular: das condições de produção

Para concebermos a redação de vestibular como um gênero, o primeiro passo é, sem dúvida, a abordagem das suas condições de produção. Respeitamos aqui um dos princípios metodológicos da análise do discurso, pois é impossível analisar a redação no vestibular como um texto, considerado apenas seu material verbal. A análise não é a análise de um gênero enquanto texto, mas enquanto discurso remetido às suas condições de produção.

Em outras palavras, o texto não é uma realidade evidente, um objeto concreto dado à intuição (estratégico), mas um processo discursivo associado a condições de produção dadas. Portanto, os laços que une os gêneros às suas condições produção não são meramente secundários, mas, incorporados à sua prática. Dessa forma, olhar para as condições de produção da redação de vestibular é, portanto, um modo de mostrar como o escrevente, ao produzir seu texto, não é um sujeito completamente livre, embora ele seja um sujeito dotado de uma história singular. Olhar para as condições de produção é tocar naquilo que o escrevente tem de coletivo; um coletivo que está em constante diálogo com a sua singularidade. Em suma, o emprego desse dispositivo sócio-histórico de comunicação (a redação no vestibular) depende das condições de produção em que se desenvolve, ou seja, as condições de produção garantem parte da significação desse dispositivo.

Com relação à prova de redação, espera-se que o candidato demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões, argumentando com pertinência e expressando-se de modo coerente e adequado. Ou seja, a instituição focaliza na adequação do texto do candidato a um certo tipo de “expressão” (o domínio da variante padrão culta da língua) e a um certo tipo de sequências textuais: as sequências dissertativo-argumentativas. Como se vê, por parte da instituição, há uma valorização de um certo tipo de expressão escrita e, como consequência, os

candidatos (sob influência das “orientações” recebidas no ensino médio) procuram responder à essa “expressão”.

A atribuição da nota à prova de redação, isto é, seu processo de avaliação (a recepção do texto), merece um procedimento especial e diferente das demais provas. Os corretores devem atribuir notas de 0 a 4 aos seguintes critérios: **tema e desenvolvimento, estrutura e expressão**. A saber:

- **Do tema e desenvolvimento**, espera-se que o texto do candidato se configure como um tipo dissertativo e atenda ao tema proposto, pois “a elaboração de um texto que não seja dissertativo ou a fuga completa ao tema será tomada como pressupostos inquestionáveis para que a prova não seja objeto de correção em qualquer outro de seus aspectos, recebendo, portanto, nota zero”. Na abordagem e progressão do tema, além de a instituição avaliar a habilidade do candidato em “ler e articular adequadamente os textos da coletânea para abordar o tema”, avalia-se também sua capacidade crítico-argumentativa;
- **Da estrutura**, a instituição olha para os aspectos de coesão e coerência textual, ou seja, avalia-se o modo como os candidatos relacionam e organizam seus argumentos, sendo avaliadas negativamente “a falta de encadeamento das ideias, a circularidade ou quebra de progressão argumentativa”. Outros aspectos estruturais são considerados negativos, por exemplo, “a cópia de trechos da coletânea, ou a simples paráfrase, (...) bem como uso inadequado de conectivos”;
- **Da expressão**, a instituição avalia a adequação do texto ao “padrão culto escrito da língua”, examinando “aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação”. Além disso, espera-se a defesa do ponto de vista adotado a partir da exposição precisa dos argumentos selecionados e do uso *expressivo* do vocabulário. Para revelar tal competência, o candidato deve evitar “a presença de clichês ou frases feitas e, ainda, o uso inadequado de vocábulos”.

Vemos o processo de avaliação (correção) da prova “organizado” (concluído, em termos bakhtinianos) pelo eixo ESCRITA → LEITURA: ao se deparar com o texto do candidato, o corretor o recebe como um produção escrita produzida num certo contexto, fazendo parte de uma certa tradição escrita que valoriza a prática de um certo tipo textual.

Do ponto de vista institucional, a leitura do corretor é uma leitura avaliativa à “caça” de indícios que “cercam” a escrita do candidato em um tipo de texto, em um tema imposto, em um certo modo de argumentar, em um padrão culto da língua etc. Ademais, a avaliação do corretor limita o ato de leitura do candidato a um atividade de adequação (por exemplo, a avaliação de como o candidato ler e articula adequadamente os textos da coletânea).

Interpretamos o processo de avaliação como um processo de “leitura institucionalizado”: o corretor se inscreve como “destinatário instituído”, ou seja, o corretor é a figura do destinatário que representa uma instituição; do destinatário autorizado a se inscrever nos interstícios da escrita do pré-vestibulando na busca de indícios que “institucionalizam” essa prática textual. Em suma, como representante da instituição, o corretor está autorizado a “ler” o processo de adequação dessa escrita aos critérios de avaliação institucional. Vale ressaltar que tanto as condições de produção de avaliação quanto as de produção textual são pautadas por condições imediatas “cercadas” pela “proposta” da prova de redação.

Em 2007, com relação à prova de redação, todos os candidatos tiveram de escrever uma dissertação em prosa, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto: a

amizade. Para tal, os candidatos tiveram de se apoiar na leitura de uma coletânea composta por 04 (quatro) excertos – cada “um” expondo seu ponto de vista sobre a amizade:

Em primeiro lugar (...) pode-se realmente “viver a vida” sem conhecer a felicidade de encontrar num amigo os mesmos sentimentos? Que haverá de mais doce que poder falar a alguém como falarias a ti mesmo? De que nos valeria a felicidade se não tivéssemos quem come ela se alegrasse tanto quanto nos próprios? Bem difícil te seria suportar adversidades sem um companheiro que as sofresse mais ainda.

(...)

Os que suprimem a amizade da vida parecem-me privar o mundo do sol: os deuses imortais nada nos deram de melhor, nem de mais agradável.

Cícero, **Da amizade**.

Aprecio no mais alto grau a resposta daquele jovem soldado, a quem Ciro perguntava quanto queria pelo cavalo com o qual acabara de ganhar uma corrida, e se o trocava por um reino: “Seguramente não, senhor, e, no entanto eu o daria de bom grado se com isso obtivesse a amizade de um homem que eu considerasse digno de ser meu amigo”. E estava certo ao dizer se, pois se encontramos facilmente homens aptos a travar conosco relações superficiais, o mesmo não acontece quando procuramos uma intimidade sem reservas. Nesse caso, é preciso que tudo seja límpido e ofereça completa segurança.

Montaigne, “**Da amizade**” (adaptado).

Amigo é coisa pra se guardar
Debaixo de sete chaves,
Dentro do coração...
Assim falava a canção
Que na América ouvi...
Mas quem cantava chorou,
Ao ver seu amigo partir...
Mas quem ficou,
No pensamento voou,
Com seu canto que o outro lembrou

Fernando Brant/Milton Nascimento “**Canção da América**”.

(...)

E sei que a poesia esta para a prosa
Assim como o amor esta para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior?

Caetano Veloso, “**Língua**”.

Além dos textos, o escrevente tinha de levar em consideração a seguinte instrução:

INSTRUÇÃO: A amizade tem sido objeto de reflexões e elogios de pensadores e artistas de todas as épocas. Os trechos sobre esse tema, aqui reproduzidos, pertencem a um pensador da Antiguidade Clássica (Cícero), a um pensador do século XVI (Montaigne) e a compositores da música popular brasileira contemporânea. Você considera adequadas as ideias neles expressas? Elas são atuais, isto é, você julga que elas têm validade no mundo de hoje? O que sua própria experiência lhe diz sobre esse assunto? Tendo em conta tais questões, além de outras que você julgue pertinentes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto.

Podemos ressaltar na leitura da instrução três elementos constitutivos que permitem acabamento tanto ao processo de escrita quanto ao processo de avaliação, são eles: (1) **adequação ao tema** – a amizade tem sido objeto de reflexões e elogios de pensadores e artistas de

todas as épocas; (2) leitura “adequada” do tema, isto é, leitura dos textos da coletânea e adequação de respostas às questões postas (que suscitam a habilidade de leitura dos candidatos) – os trechos sobre esse tema, aqui reproduzidos, pertencem a um pensador da Antiguidade Clássica (Cícero), a um pensador do século XVI (Montaigne) e a compositores da música popular brasileira contemporânea. Você considera adequadas as ideias neles expressas? Elas são atuais, isto é, você julga que elas têm validade no mundo de hoje? O que sua própria experiência lhe diz sobre esse assunto?; (3) adequação à tipologia textual (dissertativo-argumentativo) – tendo em conta tais questões, além de outras que você julgue pertinentes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto.

Somam-se a esses elementos, a importância, a competitividade e o clima de tensão que cercam (e constituem) essa situação de avaliação que representa para muitos jovens uma espécie de rito de passagem necessário entre o fim do ensino médio e o ingresso ao ensino superior.

Análise dos constituintes situacionais do gênero redação de vestibular

Tomando como base os trabalhos de Maingueneau (2000; 2004; 2006) para descrever os constituintes de um gênero discursivo, foram delimitadas as seguintes categorias de análise para que possamos mostrar como concebemos o gênero redação de vestibular: 1) finalidade; 2) circunstâncias adequadas; 3) usos da língua; 4) a organização textual; 5) modo de inscrição da temporalidade; por fim, 6) o estatuto dos interlocutores legítimos.

Considerações sobre a finalidade

A escrita de uma redação de vestibular tem uma finalidade bastante particular que é a aprovação no vestibular e, como consequência, ter o direito de ingressar no ensino superior. De modo mais preciso, poderíamos dizer o seguinte: por parte do escrevente, a sua finalidade explícita é redigir uma redação de vestibular que seja convincente diante da banca examinadora, portanto, um texto que mostre sua capacidade dissertativo-argumentativa a fim de obter avaliação; por parte do corretor, a finalidade explícita é permitir essa aprovação, avaliando a capacidade dissertativo-argumentativa do candidato.

Do ponto de vista bakhtiniano (2002), poderíamos dizer que o escrevente, tendo em vista a finalidade explícita da aprovação, precisa dar acabamento ao seu projeto de discurso para que o corretor possa perceber o “todo do enunciado”. Esse “todo perceptível” é visto pela instituição como uma atividade de adequação:

- com relação à forma, o texto “adequado” deve se configurar como **dissertativo e atender ao tema proposto**;
- com relação ao conteúdo, o texto deve mostrar a habilidade do candidato de ler e articular “adequadamente” os textos da coletânea para abordar o tema;
- com relação ao material, o texto deve mostrar “adequação” ao “padrão culto escrito da língua”.

Como se vê, tendo em vista sua aprovação no vestibular, o escrevente obedece a um rito de “adequação” bastante rígido. Ou seja, o escrevente é chamado pela instituição a se inscrever nesse evento de “modo adequado”. Nesse sentido, poderíamos dizer que a finalidade exerce uma real influência sobre as formas linguísticas por meio da qual os gêneros são realizados. Nas *redações*, o objetivo básico é visivelmente corroborar com o contrato “determinado” pela instituição; uma prática escrita que se institui no constante “fazer com” a instituição (e não “ao lado” da instituição).

Retomando as palavras de Maingueneau, “a correta determinação dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado”; nas palavras de Bakhtin (2003), o corretor só poderá responder ao enunciado do *escrevente* se houver alguma “conclusibilidade” que, no caso das redações, é pautada pela “exauribilidade” do tipo de texto e do tema (pois, o não reconhecimento desse todo é tomado como “pressuposto inquestionável para que a prova não seja objeto de correção”).

Considerações sobre as circunstâncias adequadas

Segundo Maingueneau (2006, p. 235), “todo gênero do discurso implica certo tipo de lugar e de momento apropriados ao seu êxito. Não se trata de algo coerções ‘externas’, mas de algo constitutivo”. O “lugar” diz respeito ao espaço institucionalizado onde esse texto pode ser produzido. No caso das redações de vestibular, o local para realização do exame é determinado previamente pela FUVEST e precisa acontecer em uma sala que loda dezenas de candidatos (o candidato só poderá prestar exame no local determinado pela FUVEST). Nas salas, há presença de fiscais para evitar qualquer tipo fraude.

Quanto à inscrição temporal, podemos falar na sua periodicidade que anual e, frequentemente, acontece na primeira quinzena de janeiro. As provas de português e redação abrem a segunda fase do processo seletivo. Em 2007, o exame foi realizado do dia 07 ao dia 11 de janeiro, sendo a prova de redação realizada no primeiro dia, em 07 de janeiro. Além dessa data pré-estabelecida pela instituição, há também o limite do tempo para realização da prova. A instituição estipula um tempo de 4 horas para realização das provas de português e redação³. Todos os candidatos devem comparecer ao local de prova no mesmo horário, sendo vedada a participação de qualquer candidato que chegue ao local após o início da prova. Iniciada às 13 horas, a prova deve ser finalizada às 17 horas. O cumprimento do tempo estabelecido pela instituição “reveste” a prova de um clima de tensão e saber administrar esse tempo é necessário para realização da *redação*, ou seja, “saber aproximadamente quanto tempo é necessário para a realização do gênero é parte essencial da competência genérica” (MAINGUENEAU, 2006, p. 160).

Considerações sobre certos usos da língua

³ Para as demais provas, a instituição estipula um tempo de 3 horas.

Segundo Maingueneau, “todo locutor se acha *a priori* diante de um repertório bem amplo de variedade linguística”. É esse material vivo que penetra o objeto estético do gênero. No caso da *redação no vestibular*, o contrato genético institucionalizado impõe ao locutor um dado uso lingüístico: o “padrão culto escrito” é a língua institucionalizada que regulariza a prática escrita no vestibular (o *escrevente* é chamado institucionalmente a “inscrever”, no seu *projeto discursivo*, um código prescritivo – variante de prestígio e registro formal da linguagem). A língua, regulada por forças centrípetas institucionais, se mostra em seu acontecimento unilíngue, ideologicamente centralizada e homogênea.

Porém, o material vivo que penetra a enunciação escrita do pré-vestibulando se dá no cruzamento dialógico das forças centrífugas (institucionais) com as forças centrífugas (variacionais) que promovem ininterruptos processos de descentralização do código prescritivo. Podemos, então, dizer que os textos produzidos pelos pré-universitários não se desenvolvem na compacidade (centralizadora e homogênea) da língua, mas em seu acontecimento plurilíngue. Por exemplo,

no processo de escrita, o escrevente oscila entre a representação dos sons que produz em sua variedade linguística falada e a convenção ortográfica que a escola ensina. Pode-se, pois, localizar nessa oscilação, um modo de emergência da heterogeneidade da escrita em seu aspecto ortográfico (CORRÊA, 2006, p. 150).

Para Corrêa, tal observação caracteriza a relação dialógica existente entre os gestos articulatórios do oral/falado em gestos gráficos do letrado/escrito. Valendo-nos dessa afirmação de Corrêa, evita-se um olhar normativo e, portanto, evitam-se como critério as noções de erro ou desvio. Esse reconhecimento da heterogeneidade escrita em aspectos da representação gráfica⁴ (características da dimensão sonora da linguagem) que engendra o acontecimento plurilíngue das redações pode ser observado nas formulações abaixo:

- (1) Tendo tamanha importância, esse assunto sempre foi estudado, pesquisado, tema recorrente na arte, ou entre filósofos, e sua importância sempre foi transmitida **através** dos tempos. (Texto 11, §1º).
- (2) Sofreu diversas mudanças na maneira como o ser humano a concebe e, atualmente, **adquire** as formas do sistema capitalista, sendo cada vez mais difícil de se encontrar. (...) Demonstra-se, assim, o direcionamento do sentimento da amizade à uma idéia de **escasses** e, conseqüentemente, de luta para *obte-lo*. (Texto 14, §2º).
- (3) Esse tipo de opinião demonstra no fundo uma grande falta de fé para com a humanidade e, embora os tempos tenham de fato mudado, as necessidades do homem **permanessem** as mesmas. Não arrefeceu nele a vontade por encontrar entre seus semelhantes, um próximo com que possa partilhar suas experiências a fim de experimentá-las numa maior potência. (Texto 22, §4º)
- (4) Essa constatação é secular, aparece nos “Ensaio” de Montaigne na época do Renascimento por exemplo, e denota que **intrinsecamente** o ser humano tende a se aproveitar do que lhe é favorável em detrimento da moral e princípios. (Texto 50, §3º).

⁴ Não é nosso objetivo se estender nessa questão. Queremos apenas apontar alguns acontecimentos plurilíngues, tomando como base às reflexões de Corrêa. Portanto, caso o leitor tenha interesse nessas questões, ver Corrêa (2004; 2006).

O reconhecimento desse acontecimento plurilinguístico pode ser observado também no eixo lexical. Ao buscar marcar sua expressividade pelo léxico, podemos encontrar expressões que mostram uma relação “informal” do escrevente com a linguagem. Essa relação faz parte da vida do escrevente e penetra nos interstícios do “padrão culto escrito”. Observemos as formulações abaixo:

- (5) Quando eu era garoto, amigo era um gordinho **de carne e osso (mais carne que osso)** que jogava no gol porque se saísse dali nós perdíamos um jogo de verdade. (Texto 01, §3º).
- (6) No entanto, na terra o sol é para todos, assim como as relações humanas. Até mesmo **onde ele nasce quadrado** existem almas que se encontram. (Texto 15, §2).

Tanto em (5) quanto em (6), podemos observar como o escrevente ao inscrever no fio discursivo as expressões em negrito aproxima o mundo institucionalizado regrado pelo “padrão culto escrito” do seu mundo “cotidiano” em que as fronteiras entre oralidade e escrita são mais tênues. Ou seja, o escrevente levanta o “véu culto” da linguagem e deixa soar uma linguagem menos tensa, menos “adequada” para esse rito de escritura.

Nesse sentido, podemos defender a ideia de que a redação de vestibular é, para além dos muros da instituição, um acontecimento plurilinguístico engendrado pela constante tensão de forças centralizadoras e forças descentralizadoras. Saber controlar essa tensão é parte essencial da competência genérica do escrevente. Relembrando Pêcheux (1990), diríamos que levar esse “saber” até as últimas consequências é supor que o rito genético não tem falhas ou rachaduras, porém basta o contato com o mundo cotidiano (o discurso da vida) para mostrar que o rito genético (por mais estabilizado que seja) está suscetível a rupturas.

Considerações sobre a apresentação do texto

A redação de vestibular enquanto materialidade linguística em si está associada a um plano textual que desempenha um papel fundamental na composição do sentido. Conforme pudemos observar, a redação é escrita em uma página contendo 34 linhas. Os alunos escrevem em média um texto de 30 linhas.

Saber administrar o uso dessas linhas faz parte da competência genérica do escrevente. Por exemplo, em nosso *corpus*, não encontramos nenhum texto escrito com menos de 20 linhas. Essas coerções genéricas devem ser obedecidas, pois, certamente, um texto de 10 linhas seria desqualificado pela sua extensão. Em suma, a redação no vestibular deve apresentar uma extensão mínima para ser validada. Passemos, então, à análise detalhada de um texto selecionado aleatoriamente:

A importância da amizade

Desde a antiguidade a amizade é tema de reflexões. Estas já ressaltavam os benefícios de se ter uma pessoa na qual confiar e com a qual partilhar as emoções, tanto boas como ruins. O

fato é que, se antes já era difícil encontrar alguém para chamar verdadeiramente de amigo, hoje isso é ainda mais complicado, tornando-se evidente a importância dessa forma de relacionamento.

Montaigne, pensador do século XVI, já ressaltava a dificuldade de se encontrar uma amizade íntima e segura em seu texto “Da amizade”. Nos tempos atuais, a competitividade no mercado de trabalho e a valorização dos bens materiais agravam o problema, no caso dos adultos. Enquanto isso, os jovens, inseridos em um mundo digital formado por jogos individuais e sites que priorizam a quantidade ante a qualidade dos relacionamentos, também encontram-se muitas vezes, sem ter com quem compartilhar a confusão de emoções e as descobertas que caracterizam esse período da vida. A verdade é que esse “isolamento coletivo” ao qual nossa sociedade se submete sem perceber tem origens na infância, quando o medo e a insegurança dos pais não permitem que a criança aprenda a relacionar abertamente com pessoas desconhecidas.

E é justamente nessa sociedade adversa que a importância de se ter uma amizade se revela. Afinal, aquele que não tem com quem (RASURA) comemorar vitórias e dividir as preocupações que a nossa realidade traz. Acaba se abstendo de momentos de felicidade, ao mesmo tempo em que passa por mais momentos de angústia. Mas o que algumas pesquisas recentes mostram é que estas pessoas não são apenas mais tristes que aquelas que contam com o apoio e consolo de um amigo íntimo, como são também mais propensas a ter problemas de saúde, desde doenças comuns do dia-a-dia a doenças graves de difícil cura.

Portanto, Milton Nascimento estava certo ao cantar que “Amigo é coisa pra se guardar, / Debaixo de sete chaves”. Afinal, em uma sociedade formada por cidadãos competitivos e inseguros, encontrar alguém disponível a partilhar sentimentos abertamente não é só difícil, como beira o impossível. Mas em tempos nos quais a razão prevalece, a comprovação científica de que a amizade íntima é importante pode servir como um alerta à sociedade. Se esse “isolamento coletivo” não for combatido, o aumento da competitividade e da insegurança tende a piorar a situação e o relacionamento entre amigos ficará cada vez mais superficial e vulnerável, assim como a saúde dos cidadãos.

A primeira consideração que faremos, quanto à estrutura textual, diz respeito ao título. Dentre as cinquenta redações que foram publicadas no site da FUVEST, quarenta redações apresentavam um título, ou seja, um percentual de 80% das redações. Esse dado é relevante, uma vez que as instruções da prova não solicitavam que o escrevente desse um título à sua redação. O que podemos dizer desse dado? Para o escrevente, a imagem que ele faz do texto está associada a um título, ou seja, sem título não há texto.

Ademais, o título é um modo de organização tópica do texto; um modo de enquadrar a tese a ser defendida. No caso da redação acima, o título mostra o que o escrevente pretende desenvolver ao longo dos quatro parágrafos: o escrevente pretende mostrar ao corretor “a importância da amizade”. Essa informação que é dada no título é retomada logo no primeiro parágrafo de modo implícito (**os benefícios de se ter uma pessoa**) e de modo explícito (tornando-se evidente **a importância dessa forma de relacionamento**). Esses dois modos de retomada orientam argumentativamente o modo como o objeto de discurso (**a importância da amizade**) será construído. O título, ao introduzir um tópico, sinaliza o projeto de dizer do escrevente.

A segunda consideração, quanto à estrutura do texto, diz respeito ao número de parágrafos. Dividido em quatro parágrafos, esse texto segue a ordem canônica de um texto difundido pela prática pedagógica. O gênero redação no vestibular é composto pelos seguintes movimentos:

(i) uma introdução correspondente ao primeiro parágrafo – apresentação da tese (**a importância da amizade e a dificuldade de encontrar alguém para chamar verdadeiramente de amigo**);

(ii) dois parágrafos seguintes correspondentes ao desenvolvimento da tese apresentada – enquanto, no segundo parágrafo, o *escrevente* desenvolve o tópico **a dificuldade de se encontrar uma amizade íntima** devido à “competitividade no mercado de trabalho e à valorização dos bens materiais”, no terceiro parágrafo, o *escrevente* desenvolve o tópico **a importância da amizade** mostrando que “quem não tem um amigo acaba se abstendo de momentos de felicidade”;

(iii) por fim, o quarto parágrafo que corresponde à conclusão – o *escrevente* reformula o que foi apresentado na introdução, buscando mostrar uma solução para o problema apresentado que é a **dificuldade de se encontrar uma amizade íntima**. Diz o *escrevente*: “Se esse ‘isolamento coletivo’ não for combatido, o aumento da competitividade e da insegurança tende a piorar”.

Essa estrutura de divisão é comum na produção textual de pré-universitário mostrando a imagem de texto que foi difundida por uma certa prática pedagógica. Em nosso *corpus*, observamos que a maior parte das redações é estruturada em quatro ou cinco parágrafos. Por exemplo, dentre as cinquenta redações publicadas no site da FUVEST, observou-se que mais de 80% das redações estavam divididas em quatro ou cinco parágrafos.

Sem dúvida, nota-se que toda produção textual é argumentativamente estruturada com base na leitura que o *escrevente* faz da coletânea de textos e da instrução. Ou seja, através dessa leitura o *escrevente* dá acabamento ao seu texto e se endereça a banca de corretores. Essas estratégias de leitura, em suma, resumem-se a um modo explícito ou a um modo interpretativo. No texto selecionado, podemos encontrar as duas estratégias⁵:

(i) Um modo explícito de ler os textos de Montaigne e Milton Nascimento mostrado através do discurso relatado em estilo indireto (**Montaigne, pensador do século XVI, já ressaltava a dificuldade de se encontrar uma amizade íntima e segura em seu texto “Da amizade”**) e da citação aspeada (**Milton Nascimento estava certo ao cantar que “Amigo é coisa pra se guardar, / Debaixo de sete chaves”**);

(ii) Um modo interpretativo de ler o texto de Cícero mostrado ainda no primeiro parágrafo (**Desde a antiguidade a amizade é tema de reflexões. Estas já ressaltavam os benefícios de se ter uma pessoa na qual confiar e com a qual partilhar as emoções, tanto boas como ruins**). Ao dizer “desde a antiguidade”, o *escrevente* remete ao texto de Cícero, mas não o explicita. Quando diz “estas já ressaltavam”, o sintagma nominal [estas] refere-se às “reflexões de Cícero”. Isso só pode ser afirmado pelo enunciado que vem logo a seguir “os benefícios de se ter uma pessoa na

⁵ Para analisamos essas estratégias, tomamos como referencial metodológico os estudos de Authier-Revuz (1998) sobre Discurso Relatado.

qual confiar e com a qual partilhar emoções, tanto boas como ruins”. Trata-se de uma “reformulação-tradução” do texto de Cícero.

Dito isso, queremos dizer que o escrevente fará, constantemente, uso dessas estratégias para estruturar seu texto e, assim, poder mostrar a banca corretora não só o modo como segue as coerções genéricas, mas, sobretudo, para mostrar ao corretor a sua competência leitora.

Dando continuidade às reflexões sobre o plano de texto, pode-se dizer que a redação de vestibular mostra um plano **convencional** validando seu modo de enunciação argumentativo; os textos, em termos de sequência (e, conseqüentemente, no seu modo de enunciar), podem ser enquadrados como predominantemente **argumentativo**, uma vez que o dito põe em evidência o encaixamento de dois movimentos básicos: “**demonstrar-justificar** uma tese e **refutar** uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa” (ADAM, 2008, p. 232); parte-se de premissas para admitir uma conclusão-asserção (essa passagem da premissa à conclusão-asserção é garantida por “procedimentos argumentativos”). Para exemplificar, vejamos como a *redação no vestibular* obedece a um plano textual **convencional**, sendo a premissa formulada no início e, na conclusão, retomada sob a forma de uma asserção conclusão exemplos abaixo:

<p>Texto 41</p> <p>Parágrafo introdutório (§ 1º)</p> <p>O maravilhoso filme <u>O Náufrago</u> (GRIFO DO VESTIBULANDO), estrelado por Tom Hanks, evidencia o quanto a solidão pode ser dolorosa. O protagonista ao ver-se sozinho em uma ilha, em função da queda do avião que o transportava, encontra, em uma bola, seu melhor amigo. Wilson, nome dado à bola pelo personagem principal, mostra aos espectadores do filme <PREMISSA> o valor de uma amizade plena, a qual é tão importante e tão antiga na história.</p> <p>Conclusão (§ 5º)</p> <p>Amor pode até ser confundido com amizade, mas relações superficiais jamais. <ASSERÇÃO> A amizade é um sentimento magnífico o qual o homem preserva há muito tempo e continuará a preservar. Amigo, com certeza, é coisa <i>pra</i> se guardar, ainda que esse amigo seja uma humilde bola.</p>	<p>Texto 21</p> <p>Parágrafo introdutório (§ 1º)</p> <p>Confiança. Este é o principal fator de relacionamento entre duas pessoas. Independentemente da época, <PREMISSA> os homens sempre procuram alguém com quem podem dividir suas idéias e encontrar segurança. O livro “As Boas Mulher da China”, da jornalista Xinran, mostra a história de uma pequena garota chinesa, mal tratada pelo pai, que encontrou, em uma mosca, o companheirismo e a atenção inexistente no ambiente familiar.</p> <p>Conclusão (§ 4º)</p> <p><ASSERÇÃO> A relação de amizade é atemporal e completa o homem no sentido de lhe ajudar a suportar as adversidades. Em qualquer faixa etária, <ASSERÇÃO> a amizade é fundamental para se manter uma vida feliz, desde que não traga influências negativas para o convívio social.</p>
--	---

Considerações sobre o modo de inscrição da temporalidade

Mostraremos, então, como o plano textual é estruturado pelo encadeamento temporal dos fatos. Centrando-se na instância enunciativa **cronográfica**, o escrevente vai engendrando suas

leituras, contando-as ao corretor, mostrando-o como essa sucessão de leituras vai influenciado uma à outra e se transformam num encadeamento progressivo, coeso e coerente.

Resumindo, queremos dizer que a **cronografia** é a instância que dá fio ao projeto de dizer do escrevente, ou seja, a **cronografia** dá o “nó” que a dispersão de leituras “evoca”. Para exemplificar o que acabei de dizer, vejamos as formulações abaixo:

Texto 202

1º§ **Atualmente**, na sociedade moderna em que vivemos, muitos dos valores e julgamentos são baseados nas aparências (...).

2º§ **Desde criança**, com nossos primeiros contatos sociais, somos levados a nos relacionar com pessoas (...).

3º§ **Ao passar do tempo**, com o desenvolvimento emocional que passamos, é comum vermos o distanciamento (...).

5º§ Diante da superficialidade do **mundo atual**, ter alguém com quem contar e confiar (...).

Texto 209

1º§ **Na pré-história**, a Revolução do Neolítico permitiu ao homem que fixasse residência (...). **A partir de então**, considerou-se que o ser-humano começou a concretizar a necessidade de se organizar em Estados (...).

2º§ **Das polis gregas às Megalópoles atuais**, a indústria (ainda que primitiva) mostrou-se (...) **as revoluções industriais** fizeram emergir a face obscura da tecnologia (...). **Passada a euforia do progresso**, a insensibilidade (...).

4º§ **Nesses momentos históricos** de crise existencial de uma sociedade (...).

5º§ **Até hoje**, não se encontrou arma mais afetiva (...).

A partir dessas observações, partindo do pressuposto de que o homem é um ser situado no tempo, proponho-me a mostrar como a categoria do **tempo** representa uma instância enunciativa fundadora da escrita. Os dados acima mostram como o escrevente é um narrador (observador) do seu tempo ao lançar o olhar sobre os acontecimentos, percorrendo, constantemente, numa direção que vai do passado ao presente. Em outras palavras, ao mostrar a continuidade desses acontecimentos, o escrevente inscreve suas leituras *no* tempo crônico que, segundo Benveniste (2006, p. 71), “é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimento”. Como se vê, o processo de assimilação do tempo é um dado relevante para mostrar como a cronografia tem um significado fundamental para entender o modo como o escrevente expõe o seu ponto de vista sobre a “amizade”: o “desde” (implícito e explícito) compõe o elemento moldurador do posicionamento discursivo, governando a inscrição do sujeito no tempo. Para exemplificar, vejamos as formulações abaixo:

(1) A amizade povoa o pensamento humano **há milhares de anos** (Texto 150pt, §1º);

(2) **Desde** o surgimento das relações humanas (Texto 151pt, §1º);

(3) **Desde criança** a atitude mais natural que temos é formar laços de amizades (Texto 147pt, §1º);

(4) É **muito antiga** a necessidade do homem de fazer amizade (Texto 141pt, 1§);

(5) **Desde que nasci**, estive rodeado de pessoas (Texto 15pt, §1º);

(6) **Desde períodos pré-históricos**, o ser humano busca relações de amizade (Texto 24pt, §1º);

(7) **Desde** a Antiguidade Clássica até os dias atuais (Texto 54pt, §1º);

(8) A amizade foi sempre muito discutida, **desde** a Antiguidade Clássica até o mundo contemporâneo (Texto 78pt, §1º);

(9) A amizade tem sido muito importante **há muito tempo** (Texto 114pt, §1º);

Considerações sobre o estatuto dos interlocutores legítimos (do escrevente ao corretor)

Segundo Maingueneau (2006), a competência discursiva está em relação estreita com os modos de subjetividade enunciativa; portanto, para legitimar o seu dizer, cada discurso define o estatuto que o enunciador deve conferir-se e o que deve conferir a seu destinatário. Dito isso, um dos critérios situacionais para definição do gênero diz respeito ao “estatuto” que o enunciador e o destinatário devem assumir. Segundo Maingueneau, “a fala num gênero do discurso não parte de qualquer um nem é dirigida a qualquer um, mas de um indivíduo detentor de um estatuto a outro” (2006, p. 235).

A observação do modo como o enunciador de um discurso se mostra ou é mostrado nos permite refletir sobre o seu processo de adesão a uma certa posição discursiva. Na perspectiva da análise do discurso, diz Maingueneau que

o enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. (MAINGUENEAU, 2005b, p. 75).

Lemos nessas reflexões de Maingueneau uma remissão a um dos eixos temáticos da obra de Benveniste (1995): a subjetividade da linguagem que diz respeito à capacidade do locutor para se propor como sujeito. A atividade enunciativa mobiliza uma correlação de subjetividade, isto é, supõe a presença de duas instâncias enunciativa: de um lado um EU, a instância do enunciador; do outro lado um TU, instância do destinatário a quem o enunciador se dirige e em relação à qual constrói seu próprio discurso. Além disso, a instância do enunciador não se concebe sem a instância do destinatário e vice-versa. Retomando as palavras de Benveniste, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (1995, p. 285).

Em termos bakhtinianos (2003), essa alternância dos sujeitos do discurso – peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade da comunicação discursiva – tem ligação com a situação imediata que emoldura o enunciado dando-lhe forma e estilo. Nesse sentido, pode-se observar como a questão da interação verbal dos interlocutores está em estreita relação com a questão dos gêneros do discurso, pois, ao falarmos de interação verbal, somos conduzidos a um dos traços constitutivos do gênero que é o seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento, pois, como diria Bakhtin,

ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do

meu ponto vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar **a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele**. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios lingüísticos, isto é, o *estilo* do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Como se pode observar, a complexidade dessa questão ultrapassa o sentido *stricto sensu* dado a interação verbal que, associada ao esquema informacional jakobsoniano, implica na simples transmissão de mensagem entre destinador e destinatário. Da perspectiva discursiva de Pêcheux (1997), não se trata necessariamente de transmissão de informação, mas, sobretudo, de um “efeito de sentido” produzidos na interação entre sujeitos (enunciador e destinatário) que ocupam lugares determinados na estrutura de uma formação social. Pêcheux defende a hipótese de que, no processo discursivo, funciona uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o enunciador e o destinatário se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Nessa perspectiva, somos levados a compreender que tanto a composição quanto o estilo da “redação de vestibular” dependem não apenas do modo como o escrevente percebe e representa para si o destinatário, mas também do modo como o destinatário percebe e representa para si o escrevente. Em suma, o discurso, como efeito de sentido, só se torna possível entre sujeitos, orientados pela dupla face da palavra

[...] determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 113).

Como se vê, a verdadeira essência do acontecimento da vida do texto sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*. Ou seja, o sentido do texto não está na palavra em si, nem na *alma do falante*, nem na *alma do interlocutor*, mas no *efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro* (cf. Bakhtin, 1999; 2003). Dito isso, gostaria de ressaltar que o processo de análise põe em jogo, sobretudo, o modo como a “redação de vestibular” mostra, na materialidade linguística, o acontecimento interativo social que se dá entre os sujeitos da enunciação. A meu ver, esse acontecimento é regido/engendrado por uma **competência leitora**. Vejamos alguns exemplos em que o escrevente mostra a textualização dessa competência:

1. As amigas também são muito vulneráveis devido a desconfiança. **Existem vários Escobares e Dons Casmurros na sociedade atual**. Não só a desconfiança em relação a traição, mas a falta de confiança em relação ao que o outro quer oferecer (Texto 172, §4º);
2. O ser humano é o único ser que existe, na acepção filosófica do verbo “existir”, pois é o único ser que tem consciência da própria morte. **Como disse o poeta Fernando Pessoa**, (RASURA) todos os humanos vivem sob a condição de “cadáveres adiados”. (Texto 24, §2º);

3. **A amizade é uma preciosidade e é fundamental à sustentação do “organismo social” ao qual se referia o pai da sociologia, Émile Durkheim.** Uma sociedade perfeita seria uma sociedade feliz consigo mesma, fortificada por laços interpessoais de amizade. Infelizmente, o sistema capitalista dificulta cada vez mais as relações entre as pessoas. **Adam Smith acreditava que o homem era movido pelo “egoísmo”, mas o que realmente ocorre é que o liberalismo criado por Smith é que torna os indivíduos mais egoístas.** A amizade sempre manteve sua importância, mas a desigualdade social, o mundo movido à dinheiro e à contatos certamente dificultam ainda mais encontrar um verdadeiro amigo. Vive-se então em uma época de “organismos sociais” absolutamente sem sustento, sociedade infelizes e um mundo caótico. (Texto 24, §4º);
4. **Bawman, um sociólogo contemporâneo que estuda a sociedade do ocidente atual, diz,** em um dos seus livros, que o homem de hoje é um homem de relações *flúidas*, que tem dificuldade em estabelecer laços fortes. De fato, a família tem cada vez menos importância na vida das pessoas, especialmente dos jovens, e as relações amorosas vêm se tornando cada vez mais momentâneas (se não instantâneas). (Texto 39, §1º);
5. **A sabedoria popular prega que “nenhum ser humano é uma ilha”, e essa máxima é confirmada pelo cantor e compositor Tom Jobim, quando diz que “é impossível ser feliz sozinho”.** (Texto 01, §2º);
6. Não só nas horas difíceis, mas principalmente nas boas, as amizades ajudam na formação do caráter e personalidade, como citado no dito popular **“diga-me com quem anda que te direi quem és”**, e elas “devem ser guardadas debaixo de sete chaves”. (Texto 260, §4º).

A enunciação do texto mostra como o modo de enunciar do sujeito *escrevente* depende da sua **competência leitora**, ou seja, para legitimar o seu dizer, o *escrevente* confere para si uma imagem de **leitor competente**. Essa imagem está associada, sem dúvida, à imagem que ele confere ao sujeito corretor (seu destinatário). Em suma, quero dizer que é o estatuto **leitor** do *escrevente* que está em jogo, pois, no fio discursivo do seu texto, o *escrevente* se mostra como membro de uma comunidade leitora. Afinal, ele é chamado pela instituição a exercer o seu papel de leitor “competente”. Para finalizar, afirmo que toda essa questão nos remete à dimensão intertextual; modo como o *escrevente* lê os textos da coletânea e a rede de correspondência tecida com outros saberes (literários, histórico, popular, cotidiano etc).

Ao mostrar essa competência leitora, tocamos em um ponto importante: a relação entre o intradiscurso e o interdiscurso. Se, no intradiscurso, podemos apreender o modo como o *escrevente* materializa percursos de leitura, isto é, o modo como o *escrevente* mobiliza linguisticamente suas leituras para se dirigir ao corretor, no interdiscurso, podemos entender como esses processos de leitura estão em constante dialogia com a esfera escolar. Diante dessas considerações, podemos afirmar que o *escrevente* textualiza seus percursos de leitura para o corretor com a escola. Isso nos leva a dois processos: a **leitura “para”** o corretor (que o intradiscurso nos permite mostrar) e a **leitura “com”** a escola (que o interdiscurso nos permite observar).

Como se vê, por meio da unidade que o sujeito dá ao seu texto, deflagramos uma dispersão que lhe é constitutiva e que nos permite tocar na natureza dialógica (heterogênea) da linguagem. Só assim podemos compreender a leitura em seu acontecimento discursivo que se dá no encontro de uma atualidade (apreendida na **leitura “para”** o corretor) e uma memória (apreendida na **leitura “com”** a escola). Em outras palavras, estamos dizendo que a atualidade do acontecimento da leitura é engendrada pelas condições imediatas de produção (na interação

escrevente/corretor); já a memória desse acontecimento é engendrada pelas condições amplas de produção (o já-experimentado pelo escrevente na esfera escolar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, por meio deste artigo, mostramos como o todo acabado da redação de vestibular não pode se limitar ao seu plano textual. Ou seja, enquanto prática discursiva ligada a campos da atividade humana, a redação de vestibular deve ser compreendida não simplesmente como um tipo de texto (como um conjunto fechado de sequências tipológicas), mas, como um gênero discursivo. Mobilizando as reflexões de Dominique Maingueneau acerca dos gêneros discursivos, pudemos mostrar como o gênero redação de vestibular não é uma mera forma que se encontram à disposição de um escrevente a fim de que este molde seu enunciado, mas um dispositivo de comunicação sócio-historicamente condicionado, submetido a um conjunto de condições de êxito.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. M. [1952-1953]. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Questões de literatura e de estética**. 5ªed. São Paulo: Annablume editora, 2002.

BAKHTIN, M. M./ VOLOCHÍNOV, V. N. [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BOUQUET, S. Linguistique générale et linguistique des genres (introduction au numéro). **Langages**, Paris: Larousse, n. 153, p.3-14, mars, 2004.

BRITO, L. A. N. *Discurso, leitura e produção textual: uma análise discursiva da escrita de pré- universitários*. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

_____. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, Inês (Org). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, p. 135-166, 2006.

MAINGUENEAU, D. (1996). **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise dos textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva & Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

- _____. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p. 43-57, 2004.
- _____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições, 2005.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005b.
- _____. **Cenas de Enunciação**. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Peres de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- PÊCHEUX, M [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 61-161. 1997.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, nº19, p. 7-24, 1990.

Recebido em: 30/03/2016. Aceito em 20/07/2016.